

*Brasília, 20 de maio de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Band.com.br

Terça-feira, 19 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Demora na aprovação de patentes atrasa inovação no Brasil ..... 3**

## Folha Vitória Online

Terça-feira, 19 de maio de 2026 | ABPI

**Golpes sobre registro de marcas crescem e acendem alerta para empresários no ES ..... 4**

## MSN Notícias

Terça-feira, 19 de maio de 2026 | Direitos Autorais

**PL da inteligência artificial: Setor cultural exige proteção a direitos autorais ..... 6**

## Demora na aprovação de patentes atrasa inovação no Brasil



O desenvolvimento de um remédio inédito contra enjoos na Universidade de São Paulo expõe um problema estrutural crônico enfrentado pela ciência e pela indústria nacional. O medicamento Vonau Flash levou 13 anos para ter o pedido de **patente** respondido pelo **Instituto Nacional da Propriedade de Industrial**. Essa lentidão burocrática produz efeitos ruins para a economia do país, pois atrasa a **inovação tecnológica** e reduz o retorno financeiro de investimentos em território nacional.

Compartilhar

O caso do Vonau Flash demonstra como o atraso administrativo compromete a arrecadação das instituições de pesquisa. Embora o remédio tenha rendido R\$ 35 milhões em royalties para a USP, o valor financeiro total obtido poderia ser consideravelmente maior se o título de propriedade temporária concedido pelo Estado tivesse sido emitido de forma ágil.

A formulação do medicamento ficou pronta em 2004, ano em que a universidade protocolou a solicitação junto ao órgão regulador. Como as patentes no Brasil possuíam um limite de validade até 2024, a USP e a empresa farmacêutica parceira só conseguiram lucrar com exclusividade por seis anos e meio antes de a fórmula cair em domínio público. Foras esses anos de restrição comercial que limitaram o potencial de ganho da descoberta.

O ciclo econômico da **inovação tecnológica**

A criação do Vonau Flash permitiu a montagem de um laboratório farmacêutico moderno dentro da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP. O

remédio chegou às farmácias brasileiras como uma novidade terapêutica de ação rápida para tratar náuseas, sem provocar sonolência e com perfil de segurança para grávidas e crianças. Toda a pesquisa foi coordenada pelo professor Humberto Gomes Ferraz e sua equipe de cientistas.

Para Humberto Gomes Ferraz, a inovação científica é um mecanismo que compensa para todos os setores da sociedade. Ele avalia que o processo gera um ciclo de desenvolvimento que se perpetua, beneficiando tanto quem inventou o produto quanto a empresa que o comercializa no mercado. O pesquisador ainda ressalta que os países mais desenvolvidos do mundo são justamente aqueles que mais investem e inovam em tecnologia.

O professor explica que a concessão tardia de uma patente prejudica o sistema de pesquisa. Na visão de Humberto Gomes Ferraz, o ideal é que o título de propriedade seja emitido no mais curto espaço de tempo. Essa rapidez permite que o inventor e os titulares explorem comercialmente a criação de forma plena, garantindo recursos para financiar novos estudos.

Redução da burocracia e eficiência do sistema

O tempo que o **INPI** demora para emitir uma decisão técnica final é considerado um fator decisivo para o avanço da **propriedade industrial**. Nos últimos anos, os indicadores apresentaram melhora. O tempo médio para a resposta técnica do instituto caiu de seis anos, registrados em 2020, para quatro anos atualmente. A meta estipulada pelo órgão federal é reduzir o prazo de análise para dois anos.

A necessidade de aprimoramento institucional é defendida por especialistas da área jurídica. Para Alexandre Yamashita, advogado da Comissão de **Propriedade Intelectual** da OAB de São Paulo, o poder público precisa enxergar a **propriedade industrial** como um instrumento estratégico capaz de alavancar o desenvolvimento econômico do país. O advogado defende que é necessário valorizar o sistema de **propriedade industrial** como um todo.

## Golpes sobre registro de marcas crescem e acendem alerta para empresários no ES



Mensagens e ligações com falsa urgência sobre registros no **INPI** podem causar prejuízos financeiros e jurídicos; especialista dá dicas

Empresários de diferentes portes têm sido alvo de golpes envolvendo supostos registros urgentes de marcas e patentes no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. As abordagens costumam acontecer por telefone, e-mail ou WhatsApp e, muitas vezes, utilizam linguagem técnica e aparência de comunicação oficial para pressionar o empresário a realizar pagamentos imediatos.

O alerta é especialmente importante em um momento de crescimento nos pedidos de registro no Brasil. Em 2025, o país bateu recorde, com mais de meio milhão de solicitações de marcas no **INPI**. Com o aumento da procura, também cresceram as tentativas de fraude envolvendo empresários que ainda não conhecem o funcionamento do processo.

Essas abordagens indevidas costumam ocorrer por e-mail, telefone ou WhatsApp, muitas vezes com aparência de comunicação oficial. Os contatos frequentemente mencionam documentos ou informações que induzem o destinatário a acreditar que se trata de uma comunicação em nome do **INPI** ou de outro órgão público.

Juliano Regattieri, especialista em **Propriedade Intelectual** e diretor da Regattieri Marcas e Patentes

Segundo o especialista, um dos golpes mais comuns envolve mensagens informando que terceiros estariam tentando registrar uma marca semelhante, criando um senso de urgência para que o

empresário faça pagamentos rápidos ou contrate serviços sem verificar a procedência.

O próprio **INPI** alerta que não possui representantes comerciais, não envia boletos de cobrança por telefone ou aplicativos de mensagem e não realiza ligações informando sobre possíveis registros feitos por terceiros. Todas as comunicações oficiais são feitas exclusivamente pelos canais oficiais do instituto.

"Outro ponto de atenção é que algumas empresas tentam se passar por entidades públicas, adotando nomes como 'Agência Nacional', 'Cadastro Nacional' ou 'Publicação de Marcas'. Isso gera confusão e passa uma falsa sensação de legitimidade para quem recebe o contato", afirma Regattieri.

Além do prejuízo financeiro, cair em golpes desse tipo pode gerar atrasos no processo de proteção da marca e até problemas jurídicos futuros. Por isso, especialistas recomendam que empresários pesquise a reputação da empresa antes de contratar qualquer serviço relacionado ao **INPI**.

Também é importante desconfiar de contatos com excesso de urgência, promessas fáceis ou cobranças inesperadas. Consultar profissionais especializados e buscar informações em canais oficiais são medidas que ajudam a reduzir riscos.

Como se proteger de fraudes

Não realize pagamentos de cobranças recebidas por e-mail ou correio sem verificar a origem;Â

Desconfie de urgência excessiva, que é uma estratégia comum de golpistas;Â

Pesquise a empresa ou o contato antes de tomar qualquer decisão, lançando o nome no Google ou em plataformas como o Reclame Aqui;Â

Busque orientação especializada antes de prosseguir com qualquer procedimento. Para maiores informações você pode clicar no link: **DÚVIDAS AQUI**.

"É fundamental que o empresário escolha uma empresa séria e transparente. Muitas vezes, o barato pode sair caro. O cliente precisa ter previsibilidade

---

Continuação: ■■■■■■ Golpes sobre registro de marcas crescem e acendem alerta para empresários no ES ■■■■■■

e entender os riscos do processo antes de tomar qualquer decisão", destaca Regattieri.

Quem é a Regattieri Marcas e Patentes

Com quase 20 anos de atuação no mercado nacional, a Regattieri Marcas e Patentes

é especializada em registros de marcas e patentes perante o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, além de oferecer consultoria completa em **Propriedade Intelectual**.

A empresa atua na proteção de ativos intelectuais no Brasil e no exterior, abrangendo serviços como registros de marcas, patentes, softwares, desenhos industriais, direitos autorais e condução de processos administrativos relacionados à **Propriedade Intelectual**.

Fundada pelo advogado Juliano Regattieri Oliveira, a empresa já realizou mais de 30 mil atendimentos, prestando suporte técnico e jurídico estratégico para empresários de diferentes segmentos - desde startups inseridas no ecossistema de inovação até empresas tradicionais em processo de expansão e consolidação de mercado, além de grandes conglomerados econômicos. Com acompanhamento integral

dos processos, a Regattieri busca oferecer segurança jurídica e gestão eficiente de ativos intelectuais para seus clientes.

Contato

• Regattieri Marcas e Patentes

• Endereço: R. Madeira de Freitas, 90, sala 301, Praia do Canto, Vitória - ES

• Telefone: (27) 3100-0614

• WhatsApp:

• E-mail: julianoregattieri@hotmail.com

• Site:

Juliano Regattieri é especialista em **Propriedade Intelectual**, membro do Comitê Executivo da **Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI)**, professor convidado da Escola Superior da Advocacia (ESA/ES), vice-presidente da Comissão de **Propriedade Intelectual** da OAB/ES e procurador de centenas de empresas perante o **INPI**.

## PL da inteligência artificial: Setor cultural exige proteção a direitos autorais



Nesta terça, 19, representantes dos setores Musical, Audiovisual, Editorial, Jornalístico e Dramaturgo enviaram uma nova carta à Comissão Especial sobre Inteligência Artificial da Câmara dos Deputados, responsável pela análise do Projeto de Lei nº 2.338/2023, que estabelece regras para o desenvolvimento e uso da Inteligência Artificial (IA) no Brasil.

O documento defende a preservação integral dos **direitos autorais** diante do avanço da Inteligência Artificial Generativa (IAGen) (ferramentas capazes de criar conteúdos originais, como textos, imagens, vídeos, áudios e códigos, a partir de comandos simples dos usuários, como o ChatGPT e o Gemini). O documento reitera a necessidade de que, no texto final do projeto de Lei, conste que criadores, intérpretes e produtores tenham o poder de autorizar o uso de suas obras e produções.

Entre as entidades representativas dos setores criativos e culturais que assinam a carta estão a ePro-Música Brasil, a União Brasileira de Compositores (UBC), Abramus, Associação Procure Saber, Sicam, SBACEM, Assim, Amar Sombras, ECAD, Socinpro, Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), Abrelivros, Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR), União Brasileira de Editoras de Música (UBEM), Federação da Indústria Cinematográfica e Audiovisual (FICA) e Confederação Internacional das Sociedades de Autores e Compositores (CISAC). O documento foi enviado por Paulo Rosa, Presidente da Pro-Música Brasil.

As entidades destacam que os setores criativos são responsáveis pelos principais ativos utilizados no desenvolvimento da IAGen, e que a lei deve preservar as garantias da legislação brasileira e dos tratados internacionais de **direitos autorais**. Segundo a carta, a proteção dos direitos intelectuais é essencial para proteger o funcionamento dos setores criativos e evitar prejuízos a autores, artistas e outros profissionais da área.

"As entidades confiam que eventual substitutivo irá assegurar aos titulares de **direitos autorais** o pleno exercício dos seus direitos ao licenciamento, controle e remuneração pelo uso de suas obras, interpretações e produções, respeitando-se as normas nacionais e internacionais, em especial os termos da LDA (Lei 9.610/98), e, sobretudo, a Constituição", escrevem.

A mobilização dá continuidade à articulação iniciada pelas entidades em 2024 e 2025 junto ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, quando representantes desses setores apresentaram suas propostas para preservar **direitos autorais** no debate sobre IA.

A apresentação de um substitutivo do PL 2.338/2023 contendo os princípios apontados desenhará um modelo regulatório que irá permitir o legítimo treinamento e oferta de Sistemas de IAGen, sem afetar a **inovação tecnológica**, e representará verdadeiro marco civilizatório na proteção dos direitos de criadores, intérpretes e produtores de obras, produções artísticas e jornalismo responsável.

+++ Após desativação de anexo e Café, Espaço Petrobras de Cinema se pronuncia

# Índice remissivo de assuntos

ABPI .....	2,3
Direitos Autorais .....	4
Inovação .....	1
Marco regulatório   INPI .....	1,2,3
Patentes .....	1
Propriedade Industrial .....	1,2,3
Propriedade Intelectual .....	1,2,3